

É desses motivos que o livro trata. Algo muda na velha Rússia; muda dentro da mesma modelização, apenas na medida em que mudam os vértices da dominação. O Partido/Estado esgotado cede lugar à grande armada.

O crítico implacável da burocracia soviética, que é Castoriadis, não descansa em sua denúncia. Não se trata, evidentemente, de um desvio do socialismo. Chega de ilusões! O regime russo não é e nada tem a ver com o socialismo, a não ser no discurso cada vez menos convincente de seu partido. Tudo isto já fora dito. Faltava denunciar as novas configurações do totalitarismo soviético. É o que Castoriadis fez. □

*Fernando Cláudio Prestes Motta*

Fanfani, Amintore. *Capitalismo, socialidade, participação*. Lisboa, Editora Notícias, s.d. 172 p.

Pelo menos três partidos políticos defenderam, através de seus porta-vozes, na última campanha eleitoral paulista, teses ligadas à descentralização e à vida comunitária. Um desses partidos, o PMDB, elegeu o novo governador, que defende há um bom tempo essas idéias. Neste particular, PMDB, PT e PDT parecem ter pelo menos uma preocupação comum. Essas considerações chamam a atenção para a oportunidade do livro do democrata-cristão italiano Amintore Fanfani, que leva o título deste artigo e que foi publicado em Portugal.

Fanfani entende que uma ação eficaz, tendente a superar os efeitos desastrosos do avanço capitalista, precisa orientar-se pela análise dos ideais e dos instrumentos do sistema capitalista. A distinção entre ideais e instrumentos se justifica pelo fato de que se é bem verdade que uma exasperação individualista está no âmago do próprio sistema, não é menos verdadeiro que, para se defender e se afirmar, o capitalismo acabou favorecendo a passagem para regime de nível bem mais elevado de liberdade. A democracia que se conhece hoje é bem por isso a democracia burguesa. Deixar de lado essas conquistas é algo que nenhuma reforma social pode pretender. Alargá-las, evidentemente, é o espírito da ação de transformação razoável e socialmente relevante.

O autor entende que várias tentativas têm sido feitas com a intenção de superar a crise do capitalismo e que a história dessas tentativas é em grande medida a história para maximizar a sociedade do sistema. A maior parte delas, entretanto, descuidou de algo fundamental: a participação de todos na condução ou no controle desse sistema.

Entretanto, essa participação precisa ser cuidadosamente pensada para que não se torne apenas mais um instrumento a serviço do individualismo capitalista. É evidente, por exemplo, que não é uma solução ade-

quada para a questão de participação a presença dos dirigidos na administração nesta ou naquela empresa ou instituição a título consultivo. O problema coloca uma questão de fundo, exigindo soluções de ordem muito geral, que dizem respeito a todo o sistema econômico. A idéia é que a participação de todos nos momentos da produção e da distribuição ofereceria uma garantia de respeito à justiça e à sociedade em relação a todos os participantes da atividade econômica.

Outra questão importante onde a participação se fez absolutamente necessária é a da tutela de liberdade. A democracia convencional garantiu ao cidadão alguma participação no momento em que lhe deu o direito de voto, bem como o direito de ser eleito. Todavia, o parlamento trata das formas de defesa das liberdades que se referem ao desenrolar da vida econômica. Decorre que aqueles que promovem essa vida, que nela agem, que dela tiram os bens para existirem, precisam participar nas decisões de modo mais decisivo do que podem fazê-lo como membros do corpo eleitoral ou como seus representantes diretos. A mesma coisa é válida para as câmaras locais. A forma de tornar esses órgãos políticos mais participativos precisa ser muito bem pensada, como na verdade já vem ocorrendo em alguns países.

Numa perspectiva declaradamente reformista — quer certamente desagradada à esquerda, mas que não pode ser ignorada agora que a democracia cristã obteve algumas vitórias (Alemanha e São Paulo) — Fanfani entende que em qualquer sistema econômico que pretende se empenhar em garantir total e livre desenvolvimento à pessoa humana, utilizando e retribuindo de forma justa todas as capacidades de trabalho de que ela é titular, deve-se dispor, mesmo que variando de Estado para Estado, de setor para setor, de empresa para empresa, de participação direta ou indireta do titular de capacidade de trabalho na definição dos modos, tempos, lugares, indenização e continuidade de emprego.

De modo mais amplo, não é difícil identificar alguns dos campos em que a participação se faz necessária: controle sobre aplicação da justiça, especialmente no campo de trabalho; controle sobre a preparação de planos e programas econômicos nacio-

nais, regionais e locais, bem como planos e programas empresariais; prevenção de distúrbios ambientais; controle de execução de planos econômicos e de preservação ambiental; participação na gestão de instituições de previdência e assistência, e controle sobre a educação, especialmente na instrução profissional e nos cursos especiais de atualização.

É evidente que a lista evocada por Fanfani poderia ser irrestritamente ampliada, embora alguns pontos nodais tenham sido trocados. Todavia, permanece a questão da organização da sociedade para a participação. Os sindicatos e as associações de bairro talvez representem o quadro natural para essa organização. Nesse sentido, todas as áreas tradicionais de atuação da administração pública deveriam estar sob o controle político da população a que, em princípio, servem. É essa a idéia dos conselhos populares, que, em princípio, visam garantir que desvios próprios ao capitalismo burocrático não aumentem ainda mais a distância já grande entre dirigentes e dirigidos. Por esse motivo, conselhos populares a nível da sociedade e comissões de fábrica a nível da empresa ou estabelecimento fabril obedecem ao mesmo tipo de lógica, à lógica que Fanfani chama de sociabilidade. □

*Fernando Cláudio Prestes Motta*

Motta, Fernando C. Prestes. *Participação e co-gestão — novas formas de administração*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Fernando C. Prestes Motta, neste livro, aborda com muita felicidade um tema atual, o participacionismo. A partir de uma análise da co-gestão na Alemanha e nos demais países europeus, procura buscar a essência desta prática participacionista, discutindo-a não só no âmbito da organização, mas principalmente no contexto político-social, averiguando-a como limite fronteiro do capitalismo e como preparação para prática autogestionária.

Este livro seguramente fornece novas perspectivas para análise das propostas de participacionismo entre nós. Começamos a discutir hoje a participação dos trabalhadores em decisões as mais corriqueiras, do dia-a-dia das empresas, e podemos perceber os vários matizes que esta questão assume em função dos grupos que a discutem. Há uma gama enorme de interesses em torno do assunto. Vemos, de um lado, os empresários mais vanguardistas defendendo a participação do trabalhador através de comissões de fábrica, porém sem a interferência do sindicato, procurando, desta forma, quebrar a hegemonia na empresa e adquirir maior facilidade para cooptação do trabalhador. Vêem, entretanto, com desconfiança a participação do trabalhador, pois sempre há a possibilidade de uma aliança entre as comissões e seu sindicato, o que poderia ocasionar a dilatação do âmbito de atuação imposto a estas comissões.

Em outro lado, temos os sindicatos que vêem na comissão uma forma de abordar e pressionar os empresários com maior facilidade, amedrontam-se, por sua vez, com a possibilidade de um sindicalismo paralelo ou com sua incapacidade para administrar um sindicato extremamente descentralizado.

Em outro lado, temos o governo que considera a participação dos trabalhadores uma forma de avaliar o sistema judiciário e as pressões sociais.

Em outro lado, temos os trabalhadores que vêem a comissão como uma forma mais imediata e efetiva de representação de seus interesses, uma vez que os sindicatos atuam a nível de empresa somente em períodos de crise.

Em outro lado, ainda, temos os profissionais de recursos humanos que pensam a comissão de fábrica como uma forma de conquista de espaço dentro de suas organizações, pois são elementos naturais de articulação entre a direção da empresa e os trabalhadores.

Como vemos, o participacionismo nas empresas é assunto que abre campo a muitas paixões, sendo a co-gestão alemã a grande inspiradora de argumentos de todos os lados. Daí a oportunidade da obra de Motta.

Fernando Motta principia seu livro analisando as formas de participação, participação "que surge como meio por excelência do trato do conflito social (...) inerente às formações sociais antagônicas", em função "da impossibilidade de administrar o conflito apenas através da coação física", e da percepção de "que esse conflito pode ser canalizado para aumento da produtividade através de uma melhora no nível de satisfação dos trabalhadores". Em seguida, diseca a co-gestão alemã, recuperando sua origem; analisando a distribuição de papéis entre os sindicatos, conselhos, empresários e governo; averiguando-a como etapa para a autogestão; analisando o ideário co-gestionário alemão; e examinando as instituições que compõem a co-gestão alemã. Finalmente, Motta passa por todos os países europeus analisando, também, o posicionamento da igreja sobre a participação do trabalhador nas decisões da empresa, desde as colocações do Papa Leão XIII.

A leitura desta obra de Motta é indispensável a quantos queiram inteirar-se do participacionismo como uma nova forma de administração, e a quantos estejam preocupados em pensar o participacionismo entre nós. □

*Joel Souza Dutra*